

TECENDO DISCUSSÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADE E AS CONFIGURAÇÕES EM RELAÇÃO AOS MANDATOS MASCULINOS, MACHISMO E PATRIARCADO¹


MAKING DISCUSSIONS ABOUT INTERSECTIONALITY AND CONFIGURATIONS IN RELATION TO MASCULINE MANDATES, MALE CHAUVINISM AND PATRIARCHY

Recebido em: 04/09/2023

Reenviado: 19/04/2024

Aceito em: 14/05/2024

Publicado em: 14/06/2024

Kátia Celene de Paula¹ 

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Tania Regina Zimmermann² 

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo: O presente artigo objetiva discutir temáticas pertinentes aos mandatos de masculinidade, machismo e patriarcado numa perspectiva interseccional. Nesse sentido, objetiva-se o debate sobre as discussões do feminismo negro e decolonial em relação ao sexismo e demais opressões que incidem sobre os corpos femininos. Assim, a proposta é responder a seguinte inquietude: o patriarcado ficou no passado deixando como modo operante apenas alguns de seus seguidores a exemplo disso o machismo ou ainda é atuante? Outrossim, partindo da hipótese de ser atuante, como isso ocorre? Logo, para tecer essa discussão na busca de responder à questão, serão considerados alguns aspectos do neoliberalismo hodierno como o niilismo, contratualismo, assim como o fundamentalismo. Ademais, vamos recorrer à pesquisa bibliográfica por meio de estudos que darão sustentação a essa proposta imbricando Collins e Bilge (2021), Brown (2019), Segato (2022), Bourdieu (2012), Hintze (2020), Connell e Messerschmidt (2013), bem como outros estudiosos/as que trabalham alinhados a essas temáticas. Portanto, conclui-se que o patriarcado está mais voraz que outrora, pois o capital, o utiliza como ferramenta de sustentação, atacando as pautas de gênero, raça e sexualidade e legitimando uma educação alienante, como a incapacidade de luta.

Palavras-chave: Homem; Capital; Poder.

Abstract: This article aims to discuss topics related to mandates of masculinity, machismo, and patriarchy from an intersectional perspective. We also bring into the debate the discussions of black feminism and decolonialism in relation to sexism and other oppressions that affect female bodies. The proposal is to address the following question: has patriarchy remained in the past, leaving only some of its followers, such as machismo, as active, or is it still present? Assuming it is still active, how does it manifest? To engage in this discussion and attempt to answer this question, we will rely on certain aspects of contemporary neoliberalism, such as nihilism, contractualism, and fundamentalism. We will conduct a bibliographical research by examining studies that support this proposal, incorporating the works of Collins and Bilge (2021), Brown (2019), Segato (2022), Bourdieu (2012), Hintze (2020), Connell and Messerschmidt (2013), as well as other scholars who are aligned with these themes. In conclusion, we argue that patriarchy is more voracious than before, as capital utilizes it as a tool for support, attacking gender, race, and sexuality issues, and legitimizing an alienating education system that fosters an inability to fight.

Keyword: Men; Capital; Power.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação Em Educação. da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. E-mail: katiminha27@gmail.com

² Graduada em História, Mestre em História, Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da graduação e pós-graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. E-mail: tania22@uems.br

INTRODUÇÃO

É importante salientar que não é apenas no tempo presente que a sociedade sofre marcas de opressão, as quais são multifacetadas, assim tais mazelas têm perdurado o processo civilizatório que perpassa a humanidade, mediando um ponto comum entre o racional e o irracional, conseqüentemente coloca em ação o poder do mais forte, daquele que detém o domínio. E neste contexto, há como medida de opressão para essa política de desigualdade o patriarcado que tanto tem subjugado mulheres e as minorias. Esse patriarcado tem sua ascensão com a religião como evidência a autora:

O desenvolvimento do monoteísmo no Livro do Gênesis foi um enorme avanço dos seres humanos em direção ao pensamento abstrato e à definição de fortaleceram e afirmaram o patriarcado. Assim, o próprio processo de criação de símbolos ocorreu de maneira a marginalizar as mulheres. Para estas, o Livro do Gênesis representou sua definição como criaturas essencialmente diferentes dos homens; a redefinição da sexualidade delas como benéfica e redentora apenas dentro dos limites da dominação patriarcal; e, por fim, o reconhecimento de que foram excluídas de poder representar o princípio divino por si próprias. O peso da narrativa bíblica pareceu decretar que, pela vontade de Deus, as mulheres eram incluídas em Sua aliança apenas pela mediação de homens. Este é o momento histórico da morte da Deusa-Mãe e sua substituição pelo Deus-Pai e a Mãe metafórica sob o patriarcado (LERNER, 2019, p. 244).

Sem a pretensão de adentrar na questão do mérito da religião, mas sabe-se que a bíblia é uma via de discurso de massificação e que por meio dela as ideias patriarcais podem ter se disseminado ao longo do tempo.

Assim, este artigo traz como proposta discussões a respeito de temáticas pertinentes as atuais conjunturas sociais e como a interseccionalidade pode explicar alguns fenômenos de opressão. Desse modo, a interseccionalidade é oriunda do feminismo negro/ e decolonial que vem impulsionar a discussão do gênero, bem como desnudar velhos protagonistas da desigualdade, tendo em vista o patriarcado. Para tal, busca-se responder à seguinte inquietude: o patriarcado ficou no passado deixando como modo operante apenas alguns de seus seguidores a exemplo disso o machismo, ou ainda é atuante? Nesse sentido, pressupõe que seja atuante: como isso ocorre? A partir dessas indagações pretende-se pontuar e deixar em evidência de modo interseccional como estão imbricadas as configurações em relação aos mandatos masculinos, machismo e patriarcado.

Para tal, além da interseccionalidade, recorre-se à pesquisa bibliográfica por meio de estudos de Collins e Bilge (2021) com o livro Interseccionalidade, o qual possibilita a

compreensão dessa ferramenta analítica e empoderamento, a partir do feminismo negro. Nesse viés, tal ferramenta é capaz de explicar como e porque ocorre um fenômeno de opressão. Além disso, Brown (2019) contribuirá na questão do ressentimento do homem branco, uma perspectiva da desvalorização dos próprios valores, a qual age na impossibilidade da democracia, pautando-se no niilismo e contratualismo.

Segato (2022) trará luz as vertentes que imbricam patriarcado e sua performance na atual conjuntura com o capital, a partir da corrente do fundamentalismo. Já Bourdieu (2012) será importante ao explicar que a dominação masculina é um construto social que se naturaliza de modo imperceptível. Logo, Hintze (2020) dará sustentação para abordagens em relação ao machismo estrutural, Connell e Messerschmidt (2013) trarão fundamentos concisos sobre masculinidades e suas relações de poder, bem como outros estudiosos/as que de certo modo trabalham alinhados a essa abordagem.

A fim de problematizar essa discussão, esse trabalho far-se-á da seguinte maneira: na primeira seção, demonstraremos como a interseccionalidade pode ser multifacetada, como metodologia, ou seja, uma ferramenta analítica sendo assim, já supracitada para explicar um determinado fenômeno e suas opressões, como uma ferramenta de luta e um ato de empoderamento. A segunda seção ficará a cargo de explicar as configurações em relação aos mandatos masculinos, machismo e patriarcado, definindo cada termo, imbricando de modo interseccional suas relações de poder. Por fim, na terceira seção pretende-se responder a pergunta feita mediante a proposta deste artigo e as discussões necessárias. Além disso, se visa trazer reflexões pertinentes colhidas ao longo do debate, as quais possam contribuir para novas formas de construção de pensamento.

INTERSECCIONALIDADE: ENTRE METODOLOGIA, FERRAMENTA DE LUTA E EMPODERAMENTO

Muitas mudanças surgem no contexto social a partir de uma inconformidade, no entanto a interseccionalidade pode ser considerar um destes frutos, pois advém do movimento do feminismo negro como afirma Piscitelli (2008 *apud* Fernandes; Santos, 2016, p.221-222):

O conceito de interseccionalidade ou “categorias de articulação” começou a ser desenvolvido no final da década de 1990, época marcada pela insurgência de categorias que se referiam à multiplicidade de diferenciações no debate internacional. Destaca-se, também, a importante influência de vertentes do feminismo (pós-colonial, pós-moderno e crítico).

As mulheres que compõem esse feminismo negro, não se viam representadas no movimento feminista de outrora. De acordo com Collin (2017) foi Kimberlé Crenshaw uma advogada afro-americana quem cunhou o termo interseccionalidade, por meio do qual ganhou notoriedade nos anos de 1990, expandindo no âmbito acadêmico já no início do século com grande interesse pela interseccionalidade por essa questão entrelaçar vários campos, bem como diversas disciplinas assim como analisar um dado tema por diversos eixos e de modos inter cruzados, por exemplo, raça, classe e gênero. E a partir destas perspectivas nas palavras de Crenshaw é possível compreender o que seria a interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

É pertinente ressaltar que a sociedade é composta por múltiplas variáveis, e a essas variáveis estão elencados inúmeros problemas sociais, aos quais pode-se chamar de fenômenos sociais, que para serem explicados necessitam de uma investigação multifacetada, pois olhar um dado fenômeno por apenas uma vertente é como se não fechasse a conta, usando aqui uma linguagem coloquial e para isso se utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica como afirma Collins e Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p.15-16).

Outrossim, tal ferramenta é capaz de explicar esse fenômeno, e todos os eixos opressores de atravessamento que agem de modos inter cruzados. Portanto, exemplificarei como os marcos interseccionais auxiliam no processo de decisório de ordenamento de poder, sendo assim de acordo com Collins e Bilge (2021, p. 175).

Tanisha Anderson, negra, foi morta pela polícia, de Cleveland durante um “surto psicótico”. Sua mãe ligou para a polícia, pedindo ajuda para a filha, mas, quando chegaram, os policiais jogaram Anderson no chão de uma maneira que resultou em sua morte. A morte de Anderson reflete sua localização social nos sistemas de poder interseccionais: uma mulher negra de 37 anos com problemas de saúde mental, cuja família provavelmente não ligaria para polícia se tivesse acesso a saúde privada. Para os policiais, Anderson não era alguém que precisasse de cuidados, mas uma ameaça: uma mulher negra agitada. A força de estereótipos como “negro bandido” ou “negra louca” é, literalmente, letal quando associada ao poder policial em uma sociedade estruturada por formas interseccionais de domínio racial e de gênero.

Nesse exemplo citado, fica enfatizado como os marcadores sociais de diferença foram cruciais para estabelecer relação de poder entre os policiais e a vítima. Certamente se essa vítima fosse um homem, hétero, branco, de classe elitista, tal situação não se prevaleceria, até porque nem mesmo seria um policial a ser chamado, mas caso fosse, muito provável que o desfecho da história seria outro. Portanto, raça, gênero e acrescento também a localidade foram fatores determinantes para ceifar a vida de Anderson. Dessa maneira, a interseccionalidade se fez presente para desnudar e compreender este fenômeno de exclusão e poder.

Ademais, a interseccionalidade não é apenas uma metodologia, ou uma ferramenta analítica, ela também é considerada uma ferramenta de luta, porquanto como salienta Collins e Bilge (2021, p. 57) “A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas”, pois ao explicar um determinado fenômeno, a exemplo disso a “violência contra mulher” na hipótese de chegar ao machismo, racismo, sendo assim, acenderá o ativismo, uma vez que um fator desencadeia outro.

AS CONFIGURAÇÕES EM RELAÇÃO AOS MANDATOS MASCULINOS, MACHISMO E PATRIARCADO

Destarte, para discutir as configurações entre as relações aos mandatos masculinos, machismo e patriarcado, é preciso compreender cada um destes termos e como eles se relacionam entre si, se completando ou interseccionando suas relações de poder. Nesse sentido, a fim de entender far-se-á o caminho inverso ao título, sendo imprescindível compreender o pivô de tudo isso, e o início deve ser pelo patriarcado que de acordo com Segato:

Em uma perspectiva histórica, é possível pensar que o patriarcado é a forma mais arcaica e básica da desigualdade. Apenas ao compreender esse papel fundamental,

de base, da ordem patriarcal em relação a todas as ordens desiguais, ou seja, quando percebemos que se trata da fundação da estrutura e primeira pedagogia de toda desigualdade (SEGATO, 2022, p. 44).

Pode-se dizer que o patriarcado é a própria política da desigualdade e em uma ordem primeira, na qual fica evidente que ainda de acordo com Segato (2022) o patriarcado se esconde por meio de uma máscara de discursos religiosos bem como da moral, sendo uma ordem política com suas bases judaica cristã tendo, a exemplo disso a própria gênese, onde a figura de Eva é subjugada pelo pecado, enquanto Adão não sofre essa mesma subjugação. Nessa perspectiva, pode-se de acordo com Lerner (2019) definir que:

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos (LERNER, 2019, p. 290).

Outrossim, como a própria autora supracitada deixa em evidência, que as mulheres não estão totalmente privadas desses direitos, é preciso destacar o que Foucault (1988, p.91), chama atenção dizendo “não há poder sem resistência”. E nessa perspectiva de resistência deve estar elencada na consciência do indivíduo de modo intrínsecos o que Bourdieu (2012) traz em sua obra - A Dominação Masculina, essa dominação não é a-histórica, é passível de um construto histórico que ocorre de modo imperceptível, pois ocorre em pequenos aspectos, que vão se naturalizando, a exemplo disso: pelos ritos, pelos discursos, pelo que é permitido e o que é proibido. Neste contexto, o homem assume a primeira posição, o lugar do comando e a mulher do dominado, daquela que exerce a subjugação das relações de poder.

Atinente a essa dominação masculina, se configura um machismo e reforça o patriarcado, até como a própria Lerner (2019, p. 291) vai pontuar em sua definição sobre a essa questão “Machismo define a ideologia da supremacia masculina, de superioridade masculina e de crença que a apoiam e sustentam. Machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua”. E ainda de acordo com a autora supracitada é possível mergulhar ainda mais fundo neste temeroso oceano de águas revoltas.

O machismo tem a mesma relação com paternalismo que o racismo tem com a escravidão. As duas ideologias permitem que grupo dominante se convencesse de que estendia benevolência paternalista criaturas inferiores e mais fracas. Mas o

paralelo acaba aqui, pois o racismo fez com que os escravos criassem grupos de solidariedade, enquanto o machismo fez com que as mulheres se dividissem. (LERNER, 2019, p. 291).

Nota-se que o machismo é uma ferramenta de exclusão, ainda mais nefasta que o racismo, porque não permite que aqueles que os sofrem, desenvolvam o sentimento de solidariedade para com o outro, pelo contrário os fragmentam, pois o machismo possui uma estrutura, como afirma Hintze (2020)

O machismo estrutural é um sistema estruturado de controles e opressões que produz, significa, hierarquiza e trata o “**masculino**” como valor fundamental da moral e, em consequência disso, o “**feminino**” como inferior ao “masculino” (em seu desdobramento mais evidentes: a mulher como inferior ao homem, e os demais gêneros como aberrações ou invisíveis) (HINTZE, 2020, p. 15).

Além de possuir um processo de construção histórica, conta com uma estrutura e ainda é ligado a uma força maior, logo, se faz essa fortaleza de opressão. Nesse viés de dominação, exclusão e poder, deve-se destacar o Estado, que nada mais é que um arcabouço de concentração de poderio, interseccionado em vários eixos de opressões e marcadores de diferenças, sendo: raça, classe, gênero, territorialidade, colonialidade, entre outros. Consonante Segato (2022, p. 50) dará ênfase ao patriarcado “Porque o Estado, [...] tem um DNA patriarcal, sua natureza é patriarcal, já que constitui o último momento, a última estrutura gerada pela história da masculinidade”. E ao tocar na masculinidade deve-se dimensionar que de acordo com Connell e Messerschmidt (2013, p. 271) “Masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo”. Dessa forma, é imprescindível que é um produto social. Com isso, mais uma vez fica exposto que o patriarcado é a raiz de todo mal social, pois dele advém a primeira desigualdade que atrelam as demais.

Já no que concerne aos mandatos masculinos seria, de acordo com Segato (2022), uma corporação composta por homens, uma espécie de irmandade, uma fraternidade entre o grupo masculino. Essa corporação masculina deve ser capaz de provar aos seus pares, alguns dos sete poderes que estão adornados a este mandato de masculinidade, sendo os poderes: moral, sexual, intelectual, bélico, político, físico e econômico. A fim de exibir a dominação, por meio da violência como espetáculo, esses mandatos se configuram a fase contemporânea do capital. Veja como essa corporação masculina pode ser explicada segundo Segato.

Que a masculinidade tem, em linhas gerais, a estrutura organizacional de uma corporação, assim como são também corporações as máfias, as forças policiais, os grandes conglomerados econômicos, todas as forças militares e o Poder Judiciário. Duas características essenciais confirmam que a fraternidade masculina é uma corporação replicada em outras estruturas de poder e de prestígio: a lealdade ao grupo corporativo é o valor supremo ao qual todos os outros valores estão subordinados, e seu ordenamento interno é estritamente hierárquico e autoritário; (SEGATO, 2022, p. 101).

É possível notar que as relações de poder se fazem presentes neste contexto, no qual a fraternidade masculina auto se sustenta de modo autoritário, a qual está mais alinhada às questões a masculinidade hegemônica, assim sendo, de acordo com Connell e Messerschmidt (2013, p. 245).

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico [...], mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão.

E nessa conjuração entre masculinidade hegemônica, que se vê superior à mulher enquadrada na heteronormatividade, mesmo que não seja sustentada pela força, mas sim pela cultura, no agir, no modo de pensar, contudo, essa maneira hegemônica influencia e desencadeia construtos que se enraízam, os quais fomentam os mandatos masculinos que, por sua vez, irão fazer uso da força e são violentos. Assim, Segato (2022, p. 100) vai dizer “que o mandato de masculinidade era, portanto, um mandato de estupro”. Até porque, se alimenta de subjugar o feminino, como fica expresso nos estudos da autora supracitada (2022, p. 101) “o grupo corporativo masculino é erigido sobre a cobrança de um encargo feminino por meio da subjugação, o que alimenta a masculinidade de modo regular e atua como seu núcleo”.

Esses mandatos masculinos nada mais são do que a união autoritária dos homens, advinda do patriarcado, fortalecida pelo machismo e reafirmada pelos mandatos masculinidades. Com isso, segundo Segato (2022, p. 261) ocorre “A dessensitização é, [...] em minhas análises do mandato de masculinidade, do mandato de violência e da pedagogia da crueldade, uma das formas contemporâneas e permanentes de iniciação masculina. Os homens

sofrem um fenômeno que os dessensibiliza e os torna menos capazes de sentir empatia.” É como se perdesse a capacidade de ter bons sentimentos, se tornando cruéis.

AFINAL O PATRIARCADO FICOU NO PASSADO, OU PERMANECE NO PRESENTE?

Para buscar amparo e dar sustentação a fim de responder a essas questões que concernem à compreensão, onde está a atuação do patriarcado no construto social e seu poder de ação, perpassar-se-á pelos caminhos do neoliberalismo, assim como a subserviência do capital.

Pode-se pensar que a partir dessa relação de poder, que está a serviço do capital, tem provocado a corrosão democrática, estão conectados de modo que se interseccionam os desmandos do neoliberalismo, a supremacia branca, assim como o ressentimento dos homens brancos que se dá por meios do niilismo³, nesta perspectiva, o ressentimento de acordo com Brown (2019, p. 215) se apresenta da seguinte maneira:

O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação a humilhação e ao sofrimento - certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária. No entanto, essa política do ressentimento emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio - na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias.

Pensar que esse ressentimento carrega consigo a vingança, a supremacia branca, a masculinidade; logo, será necessário recorrer ao legado da interseccionalidade que discute um determinado fenômeno, e que aqui não é diferente com esse ressentimento, até porque está expressa a questão da raça, da classe e, inclusive, do gênero, os quais atingindo esses eixos, contribuem para a deterioração da democracia. Para exemplificar esse ressentimento, pode-se pegar como modelo Trump o ex-presidente dos Estados Unidos, para isso pautar-se-á em Brown (2019, p. 218), a qual afirma que:

3 Para Nietzsche, o niilismo emana da morte de Deus. Inaugurando o reconhecimento de que os humanos criam seus próprios significados, valores e mundos, nós primeiro transferimos, de Deus para o homem, nossa reverência, e então perdemos a fé naquilo que nós mesmos criamos como algo infundado e contingente. Além disso, conforme escreve Nietzsche em Genealogia da moral, ao edificarmos a civilização judaico-cristã, nos tornamos pequenos e miseráveis, não nobres e felizes, e assim ficamos fartos do homem: "junto com o medo do homem, nós também perdemos o amor por ele, nossa reverência por ele, nossas esperanças nele, até mesmo nossa vontade dele". Como resultado, "o que é o niilismo hoje senão isso? - Estamos fartos do homem" (BROMW, 2019, p. 221).

É significativo que o próprio Trump identifique a vingança como sua única filosofia de vida: vingança e nada mais, vingança sem fim, porque não há nada mais. Além dos esforços para destruir qualquer um que o questione ou se oponha a ele, a vingança satura sua assim chamada agenda política e também é aquilo que satisfaz a parte mais vil de sua base. Ela anima o impulso de revogar todas as conquistas da era Obama, é claro, dos pactos climáticos ao acordo com o Irã, mas também o de destruir aquilo que essas políticas visavam proteger ou preservar: a Terra e suas muitas espécies, os direitos e as proteções dos vulneráveis (LGBT, mulheres, minorias) e a saúde dos americanos assegurada por meio do Obamacare.

E nesta seara de vingança em defesa de interesses que emanam do capital, com a desvalorização que o niilismo cria de seus próprios valores, se explica ainda, de acordo com Brown (2019), que por mais que Trump seja totalmente às avessas do que pregam os valores religiosos, ainda assim a ala evangélica o apoia, independentemente das aberrações que ele discursa e pratica. Ao analisar o que está em questão, são os valores contratuais, tomando um modo de política do contratualismo, nada do que ele discursa tem ênfase, desde que ele rejeite as questões de gênero, insira orações nas escolas e atenda seus próprios interesses. Logo, há um esvaziamento desses valores que o próprio homem criou. Ainda de acordo com a autora supracitada (p. 221), a qual aborda que “Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma.”

Mediante toda essa discussão, na qual os valores que regem essa sociedade capitalista tornam, inclusive, as atitudes das pessoas como capital humano, concernente a essas questões voltadas a tais interesses destaca-se em uma ordem primeira o patriarcado, que serve de via, permitindo ao capital manter suas bases em equilíbrio e atuante, pois segundo Segato (2022):

O capitalismo necessita da ordem patriarcal; é isso o que nos mostra com seu ataque fundamentalista. Desmantelar essa ordem seria uma contrapedagogia do poder, demonstraria que é possível eliminar a primeira pedagogia de desigualdade, a ordem de gênero. É muito importante perceber que o capitalismo precisa do patriarcado. Aqueles que projetam sua agenda afirmam que o desprezo pela ordem patriarcal representa uma ameaça a ela (SEGATO, 2022, p. 49).

Atinente a essa perspectiva, o capital necessita do patriarcado. Logo, não é interessante oferecer uma educação nos espaços escolares que discutam gênero, pois isso abalaria as bases do patriarcado, e feriria o capitalismo. Desse modo, pode-se notar que evidentemente o patriarcado está mais voraz que outrora, assim como o próprio capitalismo. Como de tempo em tempo ele tem que se reinventar, e nesta nova reconfiguração, ainda de acordo com a autora supracitada, compreende-se que:

O patriarcado piorou e se tornou mais letal, mais cruel nos últimos tempos. Há ali uma funcionalidade mútua, que motiva a custódia que os setores proprietários exercem sobre a manutenção do padrão de poder patriarcal nesta fase do capital, e o broto fundamentalista que está sendo inoculado no continente (SEGATO, 2022, p. 55).

Um ponto que merece destaque é o quão mais letal o patriarcado tem se tornado nos tempos atuais, é o que se chama de fundamentalismo, como afirma Segato (2022), é uma corrente mais ocidentalizada do Islã, que carrega consigo uma agenda essencialista de reações às opressões do ocidente, que geram subordinação às mulheres, descaracterizando suas lutas. Esse fundamentalismo possui uma característica perigosa, porque se espalha muito rápido, em um curto período, devido ao poder de cooptar as mentes que não angariaram uma consciência política crítica, assim como o campo progressista, é tudo muito proximal do que condenam-se nos países do Oriente Médio.

Veja um exemplo desses novos discursos como evidencia Segato (2022, p. 264):

[...] circulou um discurso do fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Edir Macedo – brasileiro, mas cuja influência na África e na América Latina é enorme –, em que diz ao mundo – e seu dizer é um sermão – que não permitirá que suas filhas estudem para que não sejam intelectualmente superiores aos seus futuros maridos. Isso não fazia parte do discurso cristão até muito pouco tempo atrás.

Por meio da religião esses discursos se articulam com a donidade, que de acordo com Segato (2022), é um termo que explica que o mundo de hoje pertence aos senhores, aos quais emanam do poder do capital e eles são os donos do mundo, correspondendo a uma refeudalização do globo. Ainda de conforme a autora, a palavra desigualdade já não é capaz de abarcar todo o descalabro e velocidade dos proprietários em negociar as riquezas em nome deste capital. Portanto, donidade e patriarcado se assemelham, pois são regimes que se apropriam dos corpos das mulheres, considerando como donos de mundo, logo visualizam as mulheres como propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das perspectivas abordadas, percebe-se que o patriarcado de alta intensidade se faz presente na atual conjuntura social, bem como em pleno funcionamento, a serviço dos interesses do capital. Este age de modo similar à sua base judaico-cristã, na qual a mulher não sabe de si e se torna pecadora. Por isso, a mulher deve ser conduzida por uma lógica pastoral, cujo discurso de subserviência e dominação torna-se importante em religiões associadas ao neoconservadorismo. Também é perceptível que esse patriarcado se tornou ainda mais voraz,

Página 11 de 14

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i2.830>

cruel e letal que outrora. Nesse viés, os números de crimes contra as mulheres têm atestado isso, apesar de maior regramento jurídico.

Sendo assim, de acordo com os estudos apresentados, compreende-se tal fenômeno a partir do chamado tripé: niilismo, contratualismo e fundamentalismo. Homens poderosos ditam o que deve e o que não deve ocorrer na sociedade, assumem uma espécie de poder celestial capital, ao mesmo tempo que fazem uso de condições contratuais em nome dos interesses do capital. Estes homens são os dominadores das relações socioculturais, econômicas e políticas. De modo que, não importa seus valores, sempre serão aceitos desde que atendam aos interesses da corporação masculina, conseqüentemente deterioram a democracia.

Para reforçar esse patriarcado, discursos fundamentalistas têm reverberado em territórios que antes não se via, a exemplo o Brasil, onde instigam discursos religiosos em templos que influenciam milhares de pessoas com falas que reforçam que mulheres devem se abster de formação para não se sobressaírem intelectualmente a seus maridos.

Desse modo, a interseccionalidade é uma grande aliada, tanto como metodologia para demonstrar que em toda essa relação de poder estão vários eixos de opressão, como raça, classe, gênero, assim como para analisar o tripé condicionante que age sobre esses eixos. São esses eixos que se articulam com o machismo, cujo homem branco se impõe superior aos demais, os colocando como seus defectivos, incluindo a mulher. Nesse processo, os mandatos masculinos se traduzem em uma pedagogia da perversidade, ou seja, tem o propósito de tornar os homens com menos empatia de se colocar no lugar do outro. Mas esse outro está direcionado à mulher em especial, bem como tudo que se aproxima ao gênero feminino, recorre, pois, à sua forma mais violenta, sofrendo o processo de dessensibilização.

Essa falta de empatia advém de mandatos de masculinidades, por isso o estupro não é um ato libidinal, e sim anulação do corpo feminino, uma vez que impõe as vontades do dominador como espetáculo. Por isso, pode-se destacar a questão da donidade, visto que vivenciam-se os tempos dos donos da terra, logo, os corpos das mulheres, e isso potencializa o patriarcado, pois ele está a serviço do capital. E esse capital tem inviabilizado uma educação crítica, principalmente no que concerne ao gênero, tornando-a alienante para sustentar o patriarcado, e assim se autossustentar. Dessa forma, o machismo, mandatos masculinos e patriarcado se autoreforçam.

Afinal, compreende-se que as interseções entre patriarcado, capitalismo e outras formas de opressão, evidencia a complexidade e a profundidade das mazelas enfrentadas pelas

mulheres, visto que, o patriarcado, ancorado no poder e na dominação, perpetua-se por meio de discursos, práticas e estruturas que marginalizam e oprimem as mulheres e outros grupos vulneráveis. No entanto, a interseccionalidade emerge de forma analítica e como resistência, a qual propicia a compreensão sobre as interconexões entre diferentes formas de opressão, assim possibilita também o desenvolvimento de estratégias eficazes para combatê-las.

Por fim, entende-se que a interseccionalidade também é uma ferramenta de luta e empoderamento para que as maiorias e em especial as mulheres possam juntas em coalizões compreender processos de lutas para destituir o patriarcado, objetivando uma vivência de bem viveres com equidade social. Para tal, essas considerações permitem despertar novas inquietudes oportunizando trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Tradução de Maria H. Khuner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo. Editora Filosófica Politeia, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. E perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Dossiê "Comunicação e Desigualdades. 9. ed. Tradução de Bianca Santana. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1. jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Robert. W; MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241- 282, jan./abril. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.7, n.12, 2002.

FERNANDES, M. C. C; SANTOS, T. C.C. O que é interseccionalidade? In: RAMOS, M. M; NICOLI, P. A. G; BRENER, P. R. G. (Org.) **Gênero, Sexualidade e Direito**: Uma Introdução. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1: a vontade do saber.

HINTZE, Helio. Desnaturalização radical do machismo estrutural – primeiras aproximações. In: HINTZE, Helio (org). **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. 1 ed, Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. 1. ed. Tradução de Ayelén Medail. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ⁱ Artigo retratado em 24 de julho de 2024. A retratação se refere à inserção da orientadora que assumiu o lugar de coautora no artigo.